

REQUERIMENTO

Assunto: *Solicitando ao prefeito informações sobre a existência de planos ou estudos para a terceirização dos serviços do Serviço Autônomo de Águas e Esgotos (SAAE).*

Considerando o pronunciamento proferido pelo Líder do Governo durante a última sessão ordinária desta Casa de Leis, no qual foram suscitadas discussões acerca do modelo de gestão do Serviço Autônomo de Água e Esgoto – SAAE;

Considerando que servidores da referida autarquia têm relatado a este Vereador a existência de movimentações internas, bem como diálogos que indicariam a possibilidade de adoção futura de modelo de terceirização, concessão ou outra forma de delegação dos serviços de saneamento básico;

Considerando a relevância estratégica do SAAE para o Município de Garça, bem como a necessidade de absoluta transparência em relação a qualquer iniciativa que possa impactar o funcionalismo público e a prestação de serviços essenciais à população;

Considerando que foi encaminhado o Ofício nº 23/2026 ao Governo do Estado, solicitando audiência para tratar da crise no abastecimento de água no Município de Garça, tendo sido recebida resposta informando que, em reunião realizada em 22 de janeiro de 2026 com a Prefeitura Municipal, foi tratado o objeto do referido ofício, ocasião em que, diante da inserção do Município no Projeto UniversalizaSP e do cronograma que prevê a assinatura de contrato de concessão em dezembro de 2026, houve concordância da Prefeitura em priorizar obras de adutora e reservação no plano de investimentos da futura concessionária, com execução prevista para o ano de 2027;

Considerando que tais informações reforçam a necessidade de esclarecimentos oficiais e detalhados ao Poder Legislativo e à população;

Requeiro à Mesa, na forma regimental e após ouvido o Plenário, que seja oficiado ao Exmo. Sr. Prefeito Municipal para que, por intermédio do setor competente da Municipalidade, preste a esta Casa de Leis as seguintes informações:

1. Se consta nos planos da atual Administração, para o exercício vigente ou para exercícios futuros, a terceirização, concessão, privatização, total ou parcial, dos serviços atualmente prestados pelo SAAE.
2. Se existe, no momento, a elaboração ou contratação de estudos de viabilidade técnica, econômica, financeira ou jurídica com a finalidade de subsidiar eventual privatização, concessão ou terceirização dos serviços da autarquia.
3. Em caso afirmativo, informar o estágio atual desses estudos, seus objetivos, fundamentos e responsáveis por sua elaboração. Em caso negativo, esclarecer a posição oficial do Poder Executivo quanto às declarações do Líder do Governo nesta Casa e às preocupações manifestadas pelos servidores do SAAE.
4. Esclarecer quais compromissos formais ou informais foram assumidos pelo Município de Garça na reunião realizada junto ao Governo do Estado, conforme mencionado na resposta ao Ofício nº 23/2026.
5. Informar se houve manifestação expressa da Prefeitura Municipal no sentido de:
 - a) aderir integralmente ao modelo de concessão proposto no âmbito do Projeto UniversalizaSP;
 - b) transferir à futura concessionária a responsabilidade pela execução de obras estruturais atualmente necessárias ao sistema de abastecimento de água.
6. Esclarecer qual será o papel institucional do SAAE:
 - a) durante o período de transição até a eventual assinatura do contrato de concessão, prevista para dezembro de 2026;
 - b) e após eventual formalização da concessão dos serviços.
7. Informar se já existem estudos técnicos, minutas contratuais, estimativas de impacto tarifário, projeções financeiras ou quaisquer outros documentos



CÂMARA MUNICIPAL DE GARÇA
ESTADO DE SÃO PAULO

relacionados à futura concessão dos serviços de saneamento básico. Encaminhar cópia da documentação para conhecimento desta Casa.

8. Por fim, esclarecer quais medidas concretas estão sendo adotadas pelo Município, no curto e médio prazo, para assegurar a regularidade, continuidade e qualidade do abastecimento de água à população até a efetiva entrada em operação de eventual nova concessionária.

A presente solicitação justifica-se pela necessidade de esclarecer fatos que vêm gerando insegurança no funcionalismo público e apreensão na comunidade, bem como para assegurar o direito constitucional à informação e o pleno exercício do papel fiscalizador do Poder Legislativo.

Sala das Sessões, assinado e datado eletronicamente.

ADHEMAR KEMP MARCONDES DE MOURA FILHO

Vereador – REPUBLICANOS

Documento assinado eletronicamente pelo(s) autor(es), nos termos da Medida Provisória nº 2.200-1, de 27 de julho de 2001, em conformidade com as regras da infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil).

